A expressão do idadismo em tempos de COVID-19: Uma reflexão teórica

The expression of ageism in times of COVID-19: A theoretical reflection

La expresión del ageismo de la edad en tiempos de COVID-19: Una reflexión teórica

Beatriz Rodrigues Castro Giovana Oliveira da Silva Andrezza Veridyanna Cardoso Luanna Sousa Rocha Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione

RESUMO: A maneira como uma sociedade compreende o processo de envelhecimento, e se comporta frente a este, reflete nas suas próprias concepções de envelhecer. Este artigo teve por objetivo refletir a expressão do idadismo no Brasil durante a COVID-19, considerando as teorias do envelhecimento humano e as diferentes organizações sociais. Conclui-se que uma maior expressão desse preconceito em idosos brasileiros deve-se também por uma não efetivação das leis de acesso e de direito desses idosos.

Palavras-chave: Gerontofobia; Idoso; Pandemia.

ABSTRACT: The way how a society understands and behaves in the face of the aging process is reflected in its own conceptions of aging. This article aimed to reflect the expression of ageism in Brazil during COVID-19, considering theories of human aging and different social organizations. It is concluded that a greater expression of this prejudice in Brazilian elderly is also due to a failure to enforce the access and rights laws of these elderly people.

Keywords: Gerontophobia; Elderly; Pandemics.

RESUMEN: La forma en que una sociedad entiende y se comporta frente al proceso de envejecimiento se refleja en sus propias concepciones del envejecimiento. Este artículo tuvo como objetivo reflejar la expresión del ageismo en Brasil durante COVID-19, considerando las teorías del envejecimiento humano y las diferentes organizaciones sociales. Se concluye que una mayor expresión de este prejuicio en los brasileños de edad avanzada también se debe al incumplimiento de las leyes de acceso y derechos de estas personas mayores.

Palabras clave: Gerontophobia; Ancianos; Pandemia.

Introdução

O processo de envelhecimento é de interesse das mais diversas áreas do conhecimento visto que, além de intrinsecamente fisiológico, é permeado por alterações biológicas, psicossociais e culturais (Monteiro, & Coutinho, 2020). Especialmente dentro dos aspectos psicossociais e culturais, a Psicologia tem contribuído para avanços significativos na compreensão de questões práticas e sociais relacionadas ao envelhecimento.

Veras (2001) discute sobre a perspectiva de, quando efetivamente uma pessoa se torna um idoso, ponderando se esta pode ser expressa pela complexidade fisiológica, psicológica e social, ou pela maneira que o idoso e a sociedade passam a encarar as características que classificam os indivíduos como velhos. Haveria, nesse sentido, uma perspectiva de olhar de cada sociedade, um momento histórico ou uma própria compreensão do processo de envelhecer?

Aparentemente sim, e podendo ser explicado desde a transição de uma economia majoritariamente agrária, familiar e rural para uma mais urbana e fabril. Da mesma forma, a noção de velhice surgiu a partir das transformações materiais das sociedades e da transformação dos sujeitos; vive-se mais e, no entanto, tardiamente desenvolvem-se novas formas de organização que privilegiem o bem-estar ao longo de uma vida mais longeva. Em parte, porque a pessoa idosa não ocupa o mesmo lugar central do adulto no mecanismo econômico, estatal e social (Reis, & Facci, 2015).

Nesse sentido, a maneira como uma sociedade e as suas diversas gerações se compreendem e se comportam frente à passagem do tempo e ao processo de envelhecimento reflete a própria concepção de desenvolvimento e de interlocução entre sociedade e ciência (Keske, & Santos, 2019).

Assim, o processo de envelhecer refere-se a uma mudança paradigmática, desde uma ressignificação do próprio conceito definidor de velho e de velhice, até uma ampliação das condições caracterizadoras dessa faixa etária, indo além de uma mera classificação temporal, para poder abranger os novos papéis sociais, nos quais tal processo vem se estruturando (Keske, & Santos, 2019; Tavares, 2020).

Na atualidade, mesmo após décadas de estudos sobre o processo de envelhecimento humano e a constatação de um progressivo e ininterrupto caminho até se chegar a uma população majoritariamente idosa (Kreuz, & Franco, 2017; Lodovici, & Mercadante, 2017), ainda faz parte de diversas culturas o preconceito para com aquele que envelhece. Então, consiste um paradoxo entender que, embora estejam vivendo mais e com melhorias na qualidade de vida, essas pessoas ainda passam por várias situações de preconceito. Importante ressaltar que esses processos de envelhecimento se dão de formas particulares, não só devido a diferenças individuais, mas também por terem sido influenciados pelo próprio processo de desenvolvimento humano e pela maneira como a ciência e as sociedades se posicionaram/posicionam sobre envelhecer.

Frente às informações apresentadas, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a expressão do preconceito etário no Brasil durante a COVID-19, destacando a participação da Psicologia e das suas teorias do desenvolvimento humano nessa construção e compreensão histórica do processo de envelhecimento. Além disso, buscaram-se interlocuções no Brasil e no mundo a respeito dos valores atribuídos aos idosos nessas sociedades, refletindo sobre suas práticas institucionais e o acesso aos direitos e deveres dos idosos.

Metodologia

Trata-se de um ensaio teórico reflexivo, que propõe a apresentação e a discussão dos possíveis motivos que promovem os preconceitos etários existentes, em menor ou maior escala, nas diversas organizações sociais, especialmente como pode ser observado durante a COVID-19. Os referenciais teóricos utilizados nessa reflexão foram livros, capítulos e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais referentes ao assunto, e que auxiliaram as autoras em uma construção sociohistórica e teórica, a respeito da problemática em questão que, apesar de consideravelmente discutida na literatura, ainda é exígua em suas ações práticas. Destaca-se, ainda, que esse ensaio segue fundamentos de exposição lógica e reflexiva, por meio de uma argumentação detalhada, interpretativa e de julgamento pessoal.

Resultados e Discussão

Frente aos referenciais teóricos levantados e reflexões realizadas, serão apresentados e discutidos temas que perpassam por questões do preconceito etário, das desigualdades dos direitos e deveres dos idosos no mundo, das especificidades dos idosos brasileiros e do sistema de saúde geral, mental, e o papel do psicólogo em tempos de pandemia.

O preconceito etário e suas reflexões nas teorias do desenvolvimento humano

Segundo Neri (2013), os conceitos e as teorias sobre o envelhecimento têm por objetivo estudar os padrões e mudanças comportamentais associados ao avanço da idade. Esses conceitos e as suas teorias mais influentes na atualidade foram construídos, pelo menos, nas últimas seis décadas, período no qual também se observam mudanças significativas na temporalização da vida humana e da caracterização da velhice enquanto uma fase de desenvolvimento.

A autora, para fins didáticos, divide essas teorias em três grandes grupos: clássica (modelo crescimento-culminância-contração), de transição (desenvolvimento da personalidade ao longo da vida e a social-interacionista) e contemporânea (paradigma do desenvolvimento ao longo da vida) (Neri, 2013), sendo essas duas últimas as mais discutidas pelos teóricos na atualidade e "convidadas" para esta reflexão.

Durante o desenvolvimento das teorias sobre o envelhecimento humano, surgem contribuições que proporcionaram grandes avanços nos seus estudos, como a teoria do ciclo de vida de Erikson (teoria de transição), que representou a primeira mudança de posição em relação ao envelhecimento, com a proposta de compreender o desenvolvimento em estágios que se organizam em torno de conflitos básicos, representativos de cada momento da vida humana (teoria clássica). Contudo, o aumento dos estudos sobre o envelhecimento veio de fato a partir das ideias de Baltes e Goulet (1970, citados em Moreira, 2012, p. 452), que tiveram como proposta o desenvolvimento ao longo da vida (teoria contemporânea), segundo o paradigma *Life-Span* (Moreira, 2012).

Para Erikson (1998), o desenvolvimento ocorre por meio do diálogo inter-relacional entre o corpo, a psique e o *ethos*, e é dividido em oito estágios, e cada um apresenta uma força sintônica e outra distônica e, a partir da resolução de cada conflito, se torna possível o surgimento de uma forma básica ou qualidade do ego.

Com isso, a teoria de Erikson proporciona uma compreensão do envelhecimento e fornece indicações para intervenções psicológicas, pois mostra como é indispensável trabalhar com o idoso sobre a integridade do eu, a valorização da vida vivida, a conexão com o passado, presente e futuro, sobre a construção de projetos e sobre a importância da comunidade social em que ele está inserido (Moreira, 2012).

A perspectiva *Life-Span* também foi um grande marco para os estudos acerca do envelhecimento, pois modificou a visão de que, na velhice, não há desenvolvimento. Essa perspectiva compreende o envelhecimento como multideterminado e heterogêneo, e pode ser categorizado em: normal, que se refere às mudanças inevitáveis dessa fase do desenvolvimento; patológico, em que se compreendem as doenças, disfuncionalidades e a descontinuidade do desenvolvimento; e ótimo ou saudável, que é determinado por um ideal sociocultural de qualidade de vida, funcionalidade física e mental, baixo risco de doenças e uma vida ativa (Baltes, 1987).

É importante ressaltar que essa tipologia não deve ser compreendida de forma rígida, pois essas categorias podem ser apresentadas em outras fases do desenvolvimento, porém, é necessário reconhecê-las como indicadores da condição geral de saúde do idoso (Scoralick-Lempke, & Barbosa, 2012). Para Baltes e Baltes (1990), o envelhecimento saudável está relacionado com a perspectiva de que o sujeito permanece em potencial desenvolvimento ao longo de toda a vida, existindo um equilíbrio entre as potencialidades e as limitações, que poderiam ser aprimoradas pelas intervenções. De acordo com diversos estudos realizados na área, a conquista de novas aprendizagens auxilia bastante no bom funcionamento físico, psicológico e social na velhice (Baltes, & Baltes, 1990; Duay, & Bryan, 2006; Webber, & Celich, 2007).

Para a perspectiva *Life-Span*, o desenvolvimento e a manutenção de padrões efetivos do envelhecimento, além de dependerem de determinantes genético-biológicos, também são influenciados por fatores socioculturais. Dessa forma, é indispensável a disponibilidade de recursos culturais para que o desenvolvimento possa se prolongar às idades mais avançadas (Baltes, 1987; Baltes, Reese, & Lipsitt, 1980). Outro pressuposto dessa perspectiva é acerca da multidirecionalidade do desenvolvimento, a qual, de acordo com os autores, refere-se à dinâmica entre o crescimento em alguns domínios e o declínio em outros, que podem acontecer em todas as fases do desenvolvimento humano. Na velhice, esse equilíbrio entre ganhos e perdas é influenciado pelo modo como o indivíduo organiza seu curso de vida, por fatores socioculturais e pela incidência de diferentes patologias (Baltes, 1987; Baltes, *et al.*, 1980).

Foram mencionadas aqui algumas das diversas tendências teórico-metodológicas sobre o envelhecimento. e é possível destacar que as conclusões científicas ganham, na sociedade brasileira, certo valor privilegiado, o que traz aos pesquisadores a responsabilidade de não contribuir para a desvalorização de outras formas de saberes, mas procurar entender suas especificidades. Dessa forma, o processo de envelhecer é afetado pela construção social de seus significados em uma determinada cultura no decorrer do tempo.

Idadismo - Valores de uma sociedade e das suas práticas institucionais

Vindo do inglês *ageism*, o termo idadismo trata-se do preconceito baseado na idade que provoca discriminação, exclusão social e marginalização das pessoas idosas. Segundo a definição dada por Butler (1969), o idadismo aparece nas práticas rotineiras, por meio de declarações verbais ou gestuais, principalmente por parte dos mais jovens. Essas exteriorizações mostram uma recorrência de repetição de indignidades dirigidas ao outro, como se esses jovens estivessem isentos de passarem pelo processo de envelhecimento.

Dada a desvalorização da velhice e a notória busca pelo seu adiamento na sociedade brasileira, a ideia de que jovens serão velhos têm implicações particulares nas atitudes contra os idosos, visto que, mesmo de forma não consciente, existem processos de rejeição e evitação resultantes desse quadro (Bergman, & Bodner, 2015). É comum que considerações a respeito do tema se iniciem com dados sobre a inversão na pirâmide etária e a consequente necessidade de debates e ações a respeito. No entanto, ressalta-se que essa é uma discussão relevante, mesmo em contextos distantes do fenômeno de envelhecimento populacional, e que, geralmente, é tardiamente levada em consideração. Embora seja um indicativo positivo de longevidade, o envelhecimento populacional é encarado como um fardo, sobretudo fiscal.

Segundo Marques (2011), as atitudes idadistas se constituem de três componentes essenciais: os estereótipos, que são crenças que a sociedade mostra em relação às pessoas mais velhas, referindo-se à tendência para se perceber todas as pessoas de uma determinada idade como um grupo homogêneo, caracterizada por traços negativos como doença e incapacidade; o preconceito, que são as atitudes idadistas relacionadas com os sentimentos característicos ao grupo etário, pois o "idadismo pode manifestar-se através de sentimentos de desdém em relação ao envelhecimento e às pessoas mais velhas, embora, muitas vezes, assuma formas mais disfarçadas como a piedade..." (Marques, 2011, p.18); e, por fim, a discriminação, que assume

que o idadismo também inclui um componente comportamental relacionado com os atos de discriminação em relação às pessoas idosas.

A discriminação é sustentada principalmente pela manutenção de estereótipos (negativos e positivos) quanto à idade avançada. Estudos no campo da Psicologia revelam que os estereótipos são fontes de influência para a percepção que as pessoas têm de si próprias. No caso do idadismo, entretanto, ainda permanece pouco claro o quanto os estereótipos negativos influenciam a autopercepção que os idosos têm de si próprios e a que eles têm dos outros idosos em geral (Pinquart, 2002). Para Palmore (1999), os pontos negativos dos estereótipos são: a doença, a impotência sexual, a fealdade, o declínio mental, a doença mental, a inutilidade, o isolamento, a pobreza e a depressão. Já os pontos positivos são: a amabilidade, a sabedoria, o ser de confiança, o poder político, liberdade, a eterna juventude e a felicidade.

Faz-se importante nesse contexto discutir as discriminações mais sutis, como a infantilização da pessoa idosa, caracterizada, entre outros fatores, pela ajuda excessiva, pela fala infantilizada, pela falta de respeito com as suas decisões e pela desconsideração de suas opiniões (Marques, 2016). É comum que sejam tratadas no diminutivo, que suas experiências e saberes anteriores sejam desqualificados ou que sejam transmitidos pela comunicação, estereótipos baseados na idade.

O que diferencia essas populações, no que se refere à discriminação e marginalização, são as diferentes maneiras com que cada país entende o processo de envelhecimento que refletem os valores da própria sociedade e das suas práticas institucionais. Soluções inovadoras são elaboradas constantemente nas mais diversas áreas do conhecimento, e muitas delas com custos baixos e resultados importantes. Tais iniciativas precisam ser incentivadas para a busca de melhora no cenário dos idosos no mundo e no Brasil (Belasco, & Okuno, 2019).

A desigualdade de direitos e deveres: o idoso no mundo

As políticas promovidas pelos Estados de Bem-Estar Social no período pós-Segunda Guerra Mundial levaram a uma melhoria considerável das condições de vida e de trabalho, contribuindo para o aumento da expectativa de vida em quase todos os países do mundo. Verificou-se, desde então, uma progressiva queda da taxa de natalidade associada a fenômenos como universalização da educação e da atenção básica em saúde, intensificação da participação feminina no mercado de trabalho e a difusão do planejamento familiar (Minayo, 2019).

O idoso é visto de diferentes formas em diferentes culturas; para algumas pode ser venerado e símbolo de moralidade; para outras pode ser entendido como um fardo e usuário de recursos necessários aos demais. Em grande parte das vezes, o envelhecimento é visto como um peso, problema para as políticas sociais, entretanto, é a própria sociedade moderna que cria o envelhecimento (Capucha, 2014).

Essas diferentes percepções surgem de distintos processos de desenvolvimento, pois é discutido que os países desenvolvidos primeiro enriqueceram de forma econômica, o que ocasionou o aumento da sua população idosa. Já nos países em desenvolvimento, como a realidade brasileira, ocorreu o inverso, os idosos foram incrementados na pirâmide etária sem que houvesse um acúmulo de riquezas para o enfrentamento das disparidades psicossociais da velhice (Araújo, & Silva, 2017).

A Velhice, livro que teve a sua 1ª edição publicada em 1970 pela filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir, apresenta uma busca pelo entendimento da percepção da sociedade a respeito dos idosos. A autora propunha uma mudança radical na sociedade, de forma a desmistificar as hipocrisias que cercavam e ainda cercam a velhice. Um ponto a ser destacado aqui se refere às questões e soluções apresentadas naquele momento e que, mesmo passadas algumas décadas, continuam atuais (Calado, 2014).

A autora ainda discute sobre algumas nações capitalistas, como a Suécia, a Noruega e a Dinamarca, que consideram indispensáveis assegurar a todos os cidadãos uma vida digna. Já em outros países capitalistas, a situação é completamente diferente. Leva-se em conta o capital, ou seja, apenas o interesse da economia, deixando de lado as necessidades dos indivíduos.

Dessa forma, ser velho em uma sociedade em que o corpo juvenil e a força de trabalho são os maiores valores econômicos contribui para o surgimento de diferentes formas de vulnerabilidades sociais na velhice, bem como para o aumento dos estereótipos negativos e preconceitos em relação aos idosos. Destaca-se ainda que o gênero e a classe social estruturam as expectativas e conformam a ação social na velhice, em que as mulheres viúvas, solteiras, separadas ou divorciadas estão mais propensas a viver na pobreza. Tal fato impulsiona as pesquisas científicas para se compreender a relação entre os fatores socioeconômicos, relacionados com a capacidade de se enfrentar as adversidades na velhice nas diversas sociedades (Araújo, & Silva, 2017).

O idoso na sociedade brasileira: como cuidamos?

Segundo Goldani (2010), o preconceito etário no Brasil é comumente reforçado por mídias sociais; entretanto, não se restringe apenas a esse âmbito, sendo reforçado pela sociedade em geral. Muitas ideias preconceituosas ligadas ao envelhecimento se revelam dentro das famílias, que são responsáveis em grande parte pelo bem-estar desses idosos. Além disso, esse preconceito também se manifesta no Estado, responsável pelo desenvolvimento de políticas sociais nos sistemas de saúde e no mercado de trabalho. Não raramente, os programas sociais são estabelecidos para uma faixa etária e as políticas sociais muitas vezes têm caráter discriminativo.

Para além disso, a autora critica a forma como se é estudado e compreendido o envelhecimento no Brasil, pois, segundo ela, há uma problemática de se enxergar o envelhecimento de apenas uma forma, enquanto esse fenômeno, na verdade, é multifacetado (Goldani, 2010). Devem-se levar em conta os aspectos positivos, negativos e as diferentes necessidades que envolvem a relação do envelhecimento no contexto familiar, nas relações pessoais e nas relações de trabalho. Há ainda a questão do envelhecimento discutido sob diferentes perspectivas, de um lado, as demandas psicológicas que surgem a partir do medo da morte e da perda de funcionalidade e, de outro, a velhice concebida sob valores capitalistas, entendida como o estágio de não produção e, consequentemente, de menor valor, gerando a exclusão desses idosos, mesmo que eles ainda estejam com suas funções preservadas de maneira total ou parcial.

A sociedade brasileira, inserida dentro de um contexto paternalista, cujos padrões práticos e laborais estão inseridos dentro dos preceitos de autonomia, liberdade e respeito, prioriza especialmente os jovens/adultos. Assim, exclui crianças e idosos em dois pontos extremos e negativos, sendo as crianças caracterizadas como imaturas, com pouco desenvolvimento e sem experiências para suas possíveis atuações no mundo, e os idosos como os muito maduros, já não tão competentes e em um processo de declínio frente ao jovem adulto.

As transformações demográficas e sociais, dentre outras consequências importantes, vêm alterando significativamente a estrutura das famílias e a situação da pessoa idosa em todo o mundo, inclusive na América Latina e, muito fortemente, no Brasil. Diminui-se o número de pessoas disponíveis para serem cuidadoras, enquanto aumentam as famílias intergeracionais (coexistência de bisavós, avós, filhos e netos em um mesmo lar), o que pode, de um lado, significar uma possibilidade de enriquecimento humano, mas, de outro, uma expressão da

marginalização da pessoa idosa, se esta não possuir um espaço físico e sociocultural adequado para atender a suas necessidades (Minayo, 2019).

A integração dos idosos na sociedade favorece o sentimento de pertencimento e cria laços enriquecedores de solidariedade, sendo importante que o indivíduo idoso continue a participar de forma ativa onde está inserido, pois o compartilhamento social motiva e contribui para a qualidade de vida (Martins, 2006; Néri, 2007).

No Brasil, um importante marco regulatório foi a promulgação da Constituição de 1988, a primeira a contar com um título - da Ordem Social: Título VIII. Neste, no Capítulo VII, que se refere às questões da família, da criança, do adolescente e do idoso, o art. 230 ressalta que o apoio aos idosos é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, os quais devem assegurar a sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir o seu direito à vida. O parágrafo 1º desse artigo estabelece que os programas de cuidados dos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. O segundo parágrafo amplia para todo o território nacional uma iniciativa que já vinha sendo observada em alguns municípios, desde o início da década de 1980: a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os maiores de 65 anos (Constituição, 1988).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria n.º 2.528, 2006) foi um segundo momento importante na busca por direitos da população idosa, seguido pelo Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, 2003), no qual se destaca que o preconceito contra a velhice e a negação da sociedade quanto a esse fenômeno colaboram para a dificuldade de se pensar políticas específicas para esse grupo. Ainda existindo até hoje aqueles que pensam que se investe na infância e se gasta na velhice.

O sistema de saúde, a saúde mental e o papel do psicólogo em tempos de pandemia

Diversos estudos têm buscado respostas e mediações para a sociedade em tempos de COVID-19. Nesse curto espaço de tempo, estudos nacionais já contemplam questões de gênero e sexualidade (Correia, Corrêa, Lindgren, Nascimento, & Siqueira, 2020), diversidades do território brasileiro (Silva, & Muniz, 2020), saúde do trabalhador (Cruz, *et al.*, 2020) ou, ainda, perfil dos casos (Azevedo, *et al.*, 2020).

A proposta de discutir sobre a expressão do preconceito etário em tempos de COVID-19 surgiu de maneira imediata após uma percepção de discussões midiáticas sobre temáticas que desvalorizavam a voz ativa do idoso na sociedade brasileira. Nesse momento, as reflexões dos pesquisadores na área do envelhecimento humano se dão "sem surpresas" frente a uma sociedade que já apresentava um forte preconceito etário e que, nesse momento, apenas desvela o que a literatura já observa há décadas (Castro, 2016; Villar, *et al.*, 2019).

As informações midiáticas, nas suas diversas formas, embora de suma importância na ampla divulgação de informações relacionadas à pandemia e às ações preventivas para mitigação dos riscos de contágio, podem reforçar uma estereotipização e uma discriminação muito comum na vida dos idosos brasileiros e, por isso, nesta reflexão, buscou-se apresentar o(s) caminho(s) percorrido(s) pelas teorias psicológicas e pela própria sociedade nas últimas décadas. Caminhos que, muitas vezes, destacam estereótipos negativos que reforçam a expressão da diminuição da sua força, desempenho ou inabilidade para a execução dos seus papéis sociais.

Uma vez que a sociedade contemporânea privilegia os indivíduos ativos, surgem novas questões voltadas para o envelhecimento, que mobilizam a sociedade e os governantes, e fazem surgir estudos sobre "o problema do envelhecimento", visto como um problema social (Martins, 2006). Em tempos de pandemia, como o que está se vivenciando no momento, em que há uma crise no âmbito da saúde e da economia, estudos demonstraram que as sociedades que melhor enfrentam crises são as que já tinham políticas sociais mais consolidadas e desenvolvidas (Almeida, 2013; Capucha, 2014).

A Psicologia deve exercer um papel primordial nesse momento, visto que a pandemia tem transformado as formas de trabalho e convívio da sociedade de maneira geral. Com a quarentena imposta, as crianças ficaram em casa em todos os momentos, os trabalhos remotos se multiplicaram, e os idosos, que já possuíam possibilidades de contatos sociais mais escassos, puderam ser mais estigmatizados, em algumas circunstâncias, ficando mais isolados em suas próprias residências ou instituições. Com a superexposição pela mídia dos fatos da pandemia, corre-se o risco, conforme Garfin, Silver e Holman (2020), de aumento da ansiedade e a resposta da população ao estresse e, consequentemente, na saúde mental geral da população.

Verifica-se que, no Brasil, o preconceito etário também é vivenciado nos sistemas de saúde, visto que os profissionais, em algumas situações, desconsideram as demandas dos idosos, dando preferência para questões de saúde de pacientes mais jovens, como no caso da COVID-19. Ao contrário de outros tipos de enfermidades, as doenças infecciosas têm mais chances de mobilizar preconceito ou estigma direcionados a certo grupo porque, nesses casos, estão mais presentes o medo e a possibilidade de culpabilização (Padoveze, *et al.*, 2019).

Assim como em outros países, o sistema de saúde brasileiro tem feito uso de redes sociais como forma de aproximação entre os pacientes e seus pares e de promoção de saúde mental. Além disso, o avanço do número de infecções foi acompanhado de diversos movimentos de organização para cuidado com pessoas mais vulneráveis, como doações de cestas básicas e produtos de higiene. Seria interessante investigar a continuidade de ações como essa no período pós-pandemia, verificando se tais ações não podem estar desacompanhadas do envolvimento ativo dos idosos na tomada de decisões e se afastando da infantilização, como previamente discutido, como a noção de "adoção" (Monteiro-Junior, *et al.*, 2020).

Nesse panorama, família e Estado devem cumprir seus papéis frente ao idoso, assegurando-lhe o direito à vida e à saúde, garantindo que ele tenha uma vida digna, moradia, alimentação, acesso ao sistema de saúde e outros direitos básicos, como preconiza o Estatuto do Idoso, de 2003. E apesar de o Brasil fazer parte de acordos, como os Planos Internacionais de Ação para o Envelhecimento - o de Viena, em 1982; e o de Madri, em 2002 -, ainda caminha a passos lentos e enfrenta desafios em relação às políticas sociais (Bulla, & Tsuruzono, 2010).

A construção de um mundo mais favorável para os idosos requer importantes mudanças políticas, sociais e no sistema de saúde, de forma a substituir modelos curativos por modelos de assistência integral centrados nas necessidades do idoso, o que lhe poderá permitir, e à sociedade, o aproveitamento máximo dessa fase da vida. Uma vida mais longa pode proporcionar oportunidades para o crescimento pessoal, busca de satisfação, realizações, bemestar, exclusão dos preconceitos e de regras, muitas vezes, inflexíveis, vivenciadas no decorrer da vida (Belasco, & Okuno, 2019).

Para que essas mudanças sejam viáveis, é necessário que cada nação pense em estratégias, através do conhecimento detalhado de seus próprios recursos e limitações, e utilizando-se ainda do aprendizado sobre desfecho de esforços internacionais no enfrentamento de desafios comuns. Exemplos de boas práticas no enfrentamento à pandemia são os dos países africanos Senegal e Gana, mostrando que serviços de saúde avançados e melhores condições socioeconômicas são fatores importantes, mas não sinônimos de sucesso na mitigação dos efeitos de situações desafiadoras (Ihekweazu, & Agogo, 2020).

Além das dificuldades ordinárias diante a pandemia, o Brasil encontra-se com dificuldades de uma atuação governamental. O tom utilizado para enfrentamento da doença tem sido uma guerra política baseada no desmerecimento da ciência e das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, o Brasil arca com um custo final que seria menor, caso houvesse esforços legítimos e coordenados na contenção do espalhamento do vírus.

Estudos de diferentes países evidenciam que os impactos de longo prazo do isolamento social sobre a economia compensam os custos e uma recessão econômica imediata (Bastos, & Cajueiro, 2020; Correia, Luck, & Verner, 2020; Eichenbaum, Rebelo, & Trabandt, 2020; Greenstone, & Nigam, 2020).

Ainda por sua configuração continental e diversa, identificam-se, no país, disparidades. As desigualdades de acesso à saúde no Brasil se expressam claramente em dados, como o do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), que apontam que pacientes pretos ou pardos analfabetos têm risco de morte 3,8 vezes maior do que pacientes brancos com nível superior (Batista, *et al.*, 2020), trazendo a reflexão de que o preconceito etário pode ser potencializado pela cor e classe social.

Idosos indígenas também são precariamente assistidos pelo governo e pressionados pelas invasões de seus territórios, enfrentando, praticamente sozinhos, o avanço da epidemia nas aldeias. Boletins epidemiológicos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) (2020), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, apontam que o número de casos confirmados de COVID-19 entre os índios praticamente dobrou no intervalo de uma semana. De acordo com a Análise de Vulnerabilidade Demográfica e Infraestrutural das Terras Indígenas à COVID-19, feita pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os povos indígenas são, de acordo com os indicadores de mortalidade, a população mais vulnerável. O estudo identificou que 81 mil índios estão em situação de vulnerabilidade crítica à pandemia de COVID-19 (Azevedo, Damasco, Antunes, Martins, & Rebouças, 2020).

Considerações Finais

Por meio da pandemia, foi possível perceber, de forma mais expressiva, o preconceito que a sociedade tem com os idosos e o quanto isso é naturalizado. A própria escolha por um isolamento vertical se mostrou ineficaz e excludente em diversos países, como a Inglaterra, que voltou atrás de sua decisão por enxergar os riscos (Afiune, 2020), e a Turquia, cujo Presidente adotou um posicionamento semelhante, e alcançou a marca de mais de 100 mil casos no país (Lopes, 2020).

As consequências da pandemia da COVID-19 são complexas e serão investigadas ao longo dos próximos anos, exigindo articulação de diferentes áreas do conhecimento, tanto das áreas tradicionais de saúde quanto das ciências humanas e sociais.

A necessidade de uma compreensão histórica, social e política se faz importante em um contexto de não efetivação das leis de acesso e de direito dos idosos.

O problema do preconceito etário brasileiro coaduna-se com a desigualdade social e de prioridades. O preconceito etário tornou-se mais evidente com a pandemia, desvelando essa problemática estruturante da sociedade brasileira. É preciso reconhecer que as informações aqui apresentadas podem não estar completas pela própria dinamicidade da pandemia e das respostas dadas a ela, mas se entende a importância da discussão neste momento de reflexão, de reorganização e de atuação nesse "novo mundo" que será apresentado após a COVID-19.

No Brasil, é importante identificar os condicionantes sociais, econômicos e ambientais da população, com o objetivo de planejar, executar e avaliar ações de prevenção e controle. Alinhada a essa estratégia, destaca-se a efetivação das políticas públicas para garantir o acesso e o direito a todo o idoso brasileiro, independentemente do seu pertencimento a uma determinada comunidade.

Este delicado momento exige dos profissionais das diversas áreas, especialmente da Psicologia, o desenvolvimento de práticas de cuidado que primem pela autonomia, pela saúde mental e pela articulação com os demais agentes sociais envolvidos no cuidado às pessoas idosas. Nesse contexto de incerteza e desencontro de informações, é necessário destinar um olhar especial para a saúde mental dos idosos brasileiros, não só daqueles enfrentando a COVID-19, mas de todos que são ou se percebem impactados pelo estigma, pelas atitudes sociais negativas sobre a velhice aqui discutidos.

Referências

Afiune, G. (2020). Isolamento vertical se mostrou ineficaz e arriscado em outros países, diz médica da Fiocruz [Entrevista com Margareth Dalcolmo]. *Agência de Jornalismo Investigativo*. Recuperado em 29 maio, 2020, de: https://apublica.org/2020/03/isolamento-vertical-se-mostrou-ineficaz-e-arriscado-em-outros-países-diz-medica-da-fiocruz/.

Almeida, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa.* Lisboa, Portugal: Mundos Sociais.

Araújo, L. F., & Silva, R. J. S. (2017). Resiliência e Velhice: Um estudo comparativo entre idosos de diferentes classes sociais. *Psicologia em Estudo*, 22(2), 141-152. Recuperado em 10 maio, 2020, de: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i2.32437.

Azevedo, E. R., Filho, Praça I. R., Sandim L. S., Ramos R., Oliveira M. L. C., & Gomes L. O. (2020). Profile of Covid-19 notified and confirmed cases in the period from April and May 2020 in the Federal District. *Revisa*, *9*(1). Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.36239/revisa.v9.nesp1.p167a174.

- Azevedo, M., Damasco, F., Antunes, M., Martins, M. H., & Rebouças, M. P. (2020). Análise de Vulnerabilidade Demográfica e Infraestrutural das Terras Indígenas à Covid-19. *Caderno de Insumos*, *I*, 1-117. Recuperado em 11 de maio, 2020, de: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/Caderno-Demografia-Indigena-e-COVID19.pdf.
- Baltes, P. B. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, *32*(5), 611-626. Recuperado em 11 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1037/0012-1649.23.5.611.
- Baltes, P. B., & Baltes, M. M. (1990). Psychological perspectives on successful aging: the model of selective optimization with compensation. In: Baltes, P. B. & Baltes, M. M. (Eds.)., *Successful aging: perspectives from behavioral sciences* 1-34. Cambridge: Cambridge University Press. Recuperado em 12 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1017/CBO9780511665684.003.
- Baltes, P. B., Reese, H. W., & Lipsitt, L. P. (1980). Life-span developmental psychology. *Annual Review of Psychology*, *31*, 65-110. Recuperado em 11 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1146/annurev.ps.31.020180.000433.
- Bastos, S. B., & Cajueiro, D. O. (2020). Modeling and forecasting the early evolution of the Covid-19 pandemic in Brazil. *ArXiv E-prints*, 1, 1-14. Recuperado em 11 maio, 2020, de: http://arxiv.org/abs/2003.14288.
- Batista, A., Antunes, B., Faveret, G., Peres, I., Marchesi, J., Cunha, J. P., ... Bozza, F. (2020). Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil (Ficha Técnica n° 11). Rio de Janeiro, RJ: NOIS PUC-Rio. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://sites.google.com/view/nois-pucrio/publica%C3%A7%C3%B5es?authuser=0.
- Belasco, A. G. S., & Okuno, M. F. P. (2019). Realidade e desafios para o envelhecimento. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(2), 1-2. Recuperado em 11 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/0034-7167.2019-72suppl201.
- Bergman, Y. S., & Bodner, E. (2015). Ageist attitudes block young adults' ability for compassion toward incapacitated older adults. *Int Psychogeriatric*, 27(9), 1541-1550. Recuperado em 15 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1017/S1041610215000198.
- Brooke, J., & Jackson, D. (2020), Older people and COVID-19: Isolation, risk and ageism. *Journal of Clinical Nursing*. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1111/jocn.15274.
- Bulla, L. C., & Tsuruzono, E. R. S. (2010). Envelhecimento, Família e Políticas Sociais. *Revista de Políticas Públicas*, 14(1), 103-112. Recuperado em 25 maio, 2020, de: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/358.
- Butler, R. N. (1969). Age-Ism: Another form of bigotry. *The Gerontologist Oxford*, 9(4), 243-246. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1093/geront/9.4_Part_1.243.
- Calado, L. P. (2014). *A velhice a realidade incômoda* (Resenha do livro "A velhice", de Simone de Beauvoir). Fundação Educacional Lucas Machado, Belo Horizonte, MG. Recuperado em 15 maio, 2020, de: https://www.academia.edu/8596815/A_velhice_Simone_de_Beauvoir
- Capucha, L. (2014). Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, 113-131. Recuperado em 17 maio, 2020, de: https://dx.doi.org/10.7458/SPP2014743203.
- Castro, G. S. (2016). O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. *Galáxia*, *31*, 79-91. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/1982-25542016120675.
- Castro, B. R., Silva, G. O., Cardoso, A. V., Rocha, L. S., & Chariglione, I. P. F. S. (2020). A expressão do idadismo em tempos de COVID-19: Uma reflexão teórica. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(Número Temático Especial 28, "COVID-19 e Envelhecimento"), 479-497. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176-901X. São Paulo, SP: FACHS/NEPE/PUC-SP

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Recuperado em 19 maio, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- Correia, R. L., Corrêa, M., Pedro, R., Lindgren, Y., Nascimento, W., & Siqueira, I. (2020). Velhices dissidentes de gêneros e sexualidades: as ocupações coletivas frente a pandemia COVID-19. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro*, *4*(3), 460-487. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/34440.
- Correia, S., Luck, S., & Verner, E. (2020). *Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu.* Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.2139/ssrn.3561560.
- Cruz, R. M., Borges-Andrade, J. E., Moscon, D. C. B., Micheletto, M. R. D., Esteves, G. G. L., Delben, P. B., ... Carlotto, P. A. C. (2020). COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(2), I-III. Recuperado em 25 maio, 2020, de: nhttp://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.2.editorial.
- Duay, D. L., & Bryan, V. C. (2006). Senior adult's perceptions of successful aging. *Educational Gerontology*, 32(6), 423-445. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1080/03601270600685636.
- Eichenbaum, M., Rebelo, S., & Trabandt, M. (2020). *The Macroeconomics of Epidemics*. Cambridge: National Bureau of Economic Research. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.3386/w26882.
- Erikson, E. H. (1998). O ciclo de vida completo. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Garfin, D. R., Silver, R. C., & Holman, E. A. (2020). The novel coronavirus (COVID-2019) outbreak: Amplification of public health consequences by media exposure. *Health Psychology*, *39*(5), 355-357. Recuperado em 25 maio, 2020, de: http://dx.doi.org/10.1037/hea0000875.
- Goldani, A. M. (2010). Desafios do "Preconceito Etário" no Brasil. *Educação & Sociedade*, 31(111), 411-434. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200007.
- Greenstone, M., & Nigam, V. (2020). *Does Social Distancing Matter?* University of Chicago, Becker Friedman Institute for Economics Working Paper n.º 2020-26, Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.2139/ssrn.3561244.
- Ihekweazu, C., & Agogo, E. (2020). Africa's response to COVID-19. *BMC Medicine*, 18(1), 151. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1186/s12916-020-01622-w.
- Keske, H., & Santos, E. (2019). O envelhecer digno como direito fundamental da vida humana. *Revista de Bioética y Derecho*, *45*, 163-178. Recuperado em 08 maio, 2020, de: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872019000100012&lng= es&tlng=pt.
- Kreuz, G., & Franco, M. (2017). Reflexões acerca do envelhecimento, problemáticas, e cuidados com as pessoas idosas. *Revista Kairós-Gerontologia*, 20(2), 117-133. Recuperado em 08 maio, 2020, de: https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i2p117-133.
- *Lei n.º* 10.741, *de 1º de outubro de 2003*. (2003). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Recuperado em 08 maio, 2020, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm.
- Lodovici, F., & Mercadante, E. (2017). A crescente vitalidade das produções científicas sobre o envelhecimento. *Revista Kairós-Gerontologia*, 20(2), 1-8. Recuperado em 08 maio, 2020, de: https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i2p1-8.
- Castro, B. R., Silva, G. O., Cardoso, A. V., Rocha, L. S., & Chariglione, I. P. F. S. (2020). A expressão do idadismo em tempos de COVID-19: Uma reflexão teórica. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(Número Temático Especial 28, "COVID-19 e Envelhecimento"), 479-497. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176-901X. São Paulo, SP: FACHS/NEPE/PUC-SP

Lopes, N. (2020, março 15). *Com "tática de Bolsonaro", Turquia vê coronavirus disparar no país* [Portal UOL]. Recuperado em 29 maio, 2020, de: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/04/15/turquia-coronavirus-economia.htm.

Marques, A. P. (2016). A discriminação na velhice: A infantilização da pessoa idosa. Dissertação de mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

Marques, S. (2011). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Martins, R. M. L. (2006). Envelhecimento e políticas sociais. *Millenium – Revista do ISPV, 32*, 126-140. Recuperado em 11 maio, 2020, de: https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8398.

Minayo, M. C. S. (2019). O imperativo de cuidar da pessoa idosa dependente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(1), 247-252. Recuperado em 11 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/1413-81232018241.29912018.

Monteiro, R. E. G., & Coutinho. D. J. G. (2020). Uma breve revisão de literatura sobre os idosos, o envelhecimento e saúde. *Brazilian Journal of Development*, *6*(1), 2358-2369. Recuperado em 21 maio, 2020, de: https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-173.

Monteiro-Junior, R., Carneiro, L., Barca, M., Kristiansen, K., Sampaio, C., Haikal, D., ... Deslandes, A. (2020). COVID-19 pandemic: A multinational report providing professional experiences in the management of mental health of elderly. *International Psychogeriatrics*, 1-4. Recuperado em 21 de maio, 2020 de: https://doi.org/10.1017/S1041610220001027.

Moreira, J. O. (2012). Mudanças na percepção sobre o processo de envelhecimento: Reflexões preliminares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(4), 451-456. Recuperado em 21 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000400003.

Néri, A. L. (2007). Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: Neri, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, 33-46. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.

Neri A. L. (2013). Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. *In:* Malloy-Diniz, L. F., Fuentes, D., & Consenza, R. M. (Orgs.). *Neuropsicologia do envelhecimento: Uma abordagem multidimensional*, 17-42. Porto Alegre, RS: Artmed.

Padoveze, M. C., Juskevicius, L. F., Santos, T. R., Nichiata, L. I., Ciosak, S. I., & Bertolozzi, M. R. (2019). O conceito de vulnerabilidade aplicado às Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(1), 299-303. Recuperado em 21 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0584.

Palmore, E. (1999). *Ageism. Negative and Positive*. (2nd ed.). New York, USA: Springer Publishing Company, Inc.

Pinquart, M. (2002). Good news about the effects of bad old-age stereotypes. *Experimental Aging Research*, 28, 317-336. Recuperado em 21 maio, 2020, de: http://dx.doi.org/10.1080/03610730290080353.

Portaria n.º 2.528, de 19 de outubro de 2006. (2006). *Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa*. Brasília, DF. Recuperado em 21 maio, 2020, de: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_2528.pdf.

Reis, C. W., & Facci, M. G. D. (2015). Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a Compreensão da Velhice. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, *6*, 99-116. Recuperado em 21 maio, 2020, de: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23237/1/2015 art cwreismgdfacci. pdf.

Scoralick-Lempke, N. N., & Barbosa, A. J. G. (2012). Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva Life-Span. *Estudos de Psicologia*, 29, 647-655, Recuperado em 21 maio, 2020, de: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500001.

Secretaria Especial de Saúde Indígena (2020). *Portal de Monitoramento da COVID-19 nas comunidades indígenas*. Recuperado em 21 maio, 2020, de: https://www.saude.gov.br/saude-indigena.

Silva, J. B., & Muniz, A. M. V. (2020). Pandemia do Coronavírus no Brasil: Impactos no Território Cearense. *Espaço e Economia*, *9*(17), 1-20. Recuperado em 21 maio, 2020, de: https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10501.

Tavares, M. A. (2020). Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista. *Revista Katálysis*, 23(1), 143-151. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p143.

Veras, R. P. (2001.). Velhice numa perspectiva de futuro saudável. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, UnATI.

Villar, F., Serrat, R., Sao José, J. M., Montero, M., Arias, C. J., Nina-Estrella, R. Curcio, C., ... Alfonso, A. (2019). Age-Discrepant Couples Involving an Older Adult: The Final Frontier of Ageism? Attitudes in Eight Latin American Countries. *Journal of Intergenerational Relationships*, 17(4), 430-448. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://doi.org/10.1080/15350770.2019.1579153.

Webber, F., & Celich, K. L. S. (2007). As contribuições da universidade aberta para a terceira idade no envelhecimento saudável. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, *12*, 127-142. Recuperado em 25 maio, 2020, de: https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4983/285.

Beatriz Rodrigues Castro - Graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UnB.

E-mail: beatrizrocastro@gmail.com

Giovana Oliveira da Silva - Graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UnB.

E-mail: giovanaoliveira590@gmail.com

Andrezza Veridyanna Cardoso - Graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UnB.

E-mail: andrezzacpsi@gmail.com

Castro, B. R., Silva, G. O., Cardoso, A. V., Rocha, L. S., & Chariglione, I. P. F. S. (2020). A expressão do idadismo em tempos de COVID-19: Uma reflexão teórica. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(Número Temático Especial 28, "COVID-19 e Envelhecimento"), 479-497. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176-901X. São Paulo, SP: FACHS/NEPE/PUC-SP

Luanna Sousa Rocha - Graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UnB.

E-mail: luanna1.sousa@gmail.com

Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione - Psicóloga, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UnB. Coordenadora no Grupo de Pesquisa CNPq NeuroCog-Idoso.

E-mail: ichariglione@unb.br; ichariglione@gmail.com